



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

Este texto não substitui o original publicado no DJe

## **RECOMENDAÇÃO/CGJ N.º 002 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Dispõe sobre o cumprimento do art. 98 do Provimento n.º 02/2017 da CGJ.

**O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**, Desembargador Jésus Nascimento, no uso de suas atribuições regimentais,

**CONSIDERANDO** as informações coligidas nos autos do SEI n.º 0017243-07.2017.8.23.8000;

**CONSIDERANDO** a necessidade de evitar o deslocamento de oficiais de justiça lotados no interior para cumprimento de mandados nesta capital;

**CONSIDERANDO** a necessidade de conferir ainda mais publicidade ao que dispõe o art. 98 do Provimento n.º 02 desta Corregedoria-Geral de Justiça;

**Art. 1º** - Resolve recomendar aos juízes do interior que atentem ao disposto no art. 98 do Provimento n.º 02 desta Corregedoria-Geral de Justiça, que assim dispõe:

"Art. 98 - A expedição e devolução de carta precatória, entre unidades que utilizem o sistema PROJUDI no Estado de Roraima, farse-á, obrigatoriamente, por via eletrônica, com a utilização da ferramenta existente no sistema".

**Art. 2º** - Esta Recomendação entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

**JÉBUS RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
Corregedor Geral de Justiça

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico. Ed. [6151](#), 15 Fev. 2018, p. 060.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

Este texto não substitui o original publicado no DJe

ANEXO I

MODELO DE ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES (Manual de Preenchimento SEI: [0278243](#))

ALVARÁ JUDICIAL Nº \_\_\_\_\_

Processo:
Classe Processual:
Assunto Principal:
Valor da causa:
Autor: (nome completo e endereço)
Advogado do Autor: (nome completo e OAB)
Réu: (nome completo e endereço)
Advogado do Réu: (nome completo e OAB)

O Dr. XXX, MM. Juiz de Direito XXX Titular/Substituto da XXX Vara Cível/Juizado Especial da Comarca de XXX, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais **POR ESTE ALVARÁ**, indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar ao(à): XXX, portador do documento de identificação nº XXX XXX, CPF/CNPJ XXX, e/ou XXX, CPF/OAB XXX, junto ao Banco XXX, Agência XXX, Conta Judicial XXXXX, o valor de R\$ XXXX (valor por extenso), acrescidos de juros e correções monetárias a partir de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_. CUMpra-SE. Eu, XXXX, técnico/analista judiciário/diretor de secretaria – matrícula XXX, o digitei e assino \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Senhor Representante Legal do Banco do Brasil, o pagamento do valor acima descrito deverá ser efetuado diretamente ao titular beneficiário do presente alvará ou a seu procurador com poderes específicos para esta finalidade, com o valor a ser levantado, outorgados em data posterior a emissão deste documento, na forma da lei, sob pena de responsabilidade. **O presente Alvará de levantamento tem validade de 30 dias da data de sua retirada em Secretaria.**

**DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de xxx (RR), em xxx de xxx de xxx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Comissão Permanente de Legislação e Jurisprudência  
*"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"*

Este texto não substitui o original publicado no DJe

**ANEXO II**

**MODELO DE OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA (Manual de Preenchimento SEI:0278746)**

Ofício nº. XXX/2018 – (Nome ou sigla do setor)

(Comarca, dia e ano)

Ao Senhor,

**MÁRIO MARCOS DE ALCÂNTARA**

Gerente Geral da Agência Setor Público do Banco do Brasil

Avenida Glaycon de Paiva, nº. 74, piso superior, Centro

CEP.: 69301-250, Boa Vista – Roraima

**Assunto: Transferência de valores referente aos autos nº XXX.**

Senhor Gerente,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, determino a transferência da importância inframencionada, que se encontra depositada judicialmente na conta de nº XXX, referente aos autos supracitados, onde figuram como partes XXX (autor, nome e CPF/CNPJ) e XXX (réu, nome e CPF/CNPJ), para a conta de titularidade de XXX, conforme indicação abaixo:

Beneficiário:

CPF/CNPJ:

Representante legal:

CPF:

Banco:

Agência:

Operação:

Conta:

Valor: \_\_\_\_\_ (por extenso)

Com acréscimos a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Sem acréscimos

Outrossim, solicito que seja informado a este juízo, de forma discriminada, mediante extrato da transferência realizada, o cumprimento desta determinação.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX

**Juiz de Direito**